



Expansão das IFES: Apub provoca debate

Por insistência da diretoria do Sindicato, através do PROIFES Federação, SESU/MEC recebe docentes para discutir o tema



Encontro Nacional do Proifes acontece entre julho e agosto, em Goiás
Página 3



PNE 2014 foi sancionado pela Presidente Dilma em 26 de junho
Página 4

APUB CONVOCA ASSEMBLEIA GERAL

22
JUL
2014
15 h

PAUTA

- 1- Informes
- 2 - Pauta Local
- 3 - Propostas da Apub para o X Encontro Nacional do Proifes

Auditório Magno Valente- Faculdade Politécnica da UFBA
Rua Caetano Moura, 121, Federação

EDITORIAL

Participação, autonomia, articulação

Uma atuação eficiente do movimento docente no segundo semestre de 2014 exige, como poucas vezes na história, combinar participação, autonomia e articulação. Atrair a atenção da sociedade e incluir as demandas docentes na agenda pública enfrentará a concorrência das campanhas eleitorais que, após a Copa do Mundo, mobilizarão todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, neste segundo semestre, entre outros eventos marcantes, veremos o início de nova gestão na Reitoria da UFBA e promoção de concursos para professor titular nas universidades. A própria aproximação das eleições se, de um lado esvazia o Congresso,

de outro abre perspectivas para a regulamentação das aposentadorias especiais, atualmente prejudicadas por interpretações jurídicas e até para a votação da PEC 555, que acaba gradativamente com a contribuição previdenciária dos aposentados. E, para chegarmos bem em 2015, devemos aprofundar o debate e a mobilização sobre carreira e campanha salarial.

Para enfrentar esta conjuntura desafiante, o primeiro instrumento é a participação dos professores. As eleições para a direção do IFBA e UFBA foram momentos em que a categoria se mobilizou, expressou sua visão sobre a universidade. Agora,

deve continuar mobilizada. A Apub pode ser um instrumento para apresentar e acompanhar a pauta local, para permitir a participação dos professores nas decisões e ações que devem ser feitas para garantir a defesa da universidade pública e democrática, a melhoria das condições de trabalho, a expansão com inclusão e qualidade.

A autonomia do Sindicato é fundamental, tanto no encaminhamento das demandas locais quanto no acompanhamento do movimento docente nacional. O princípio básico e irrenunciável é o respeito à base, ao pensamento e ao consenso construído pela maioria dos seus associa-

dos. A força de um sindicato é a sua representatividade.

Refletindo a sua base, a Apub, para ser eficaz, deve se articular com outros sindicatos docentes, com o Proifes Federação que integra em nível nacional, com os outros sindicatos dos trabalhadores e a CUT – Central à qual é filiada há 25 anos – com parlamentares que assumem, no Congresso, as pautas docentes.

Do local ao nacional, temos a felicidade de unir, na mesma luta, a defesa dos professores ativos e aposentados, das Instituições Federais de Ensino Superior e da expansão do conhecimento, ciência e tecnologia, chaves para o futuro do Brasil.

Concurso para Titular-Livre

Em 21 de maio, foi publicada a Portaria 159 do MPOG, que autorizou as universidades federais a realizarem concurso público para apenas 150 cargos de professor Titular-Livre do Magistério Superior, previsto no acordo de 2012. Ainda faltam ser disponibilizadas 1050 vagas já criadas para o Magistério Superior e mais 900 do EBTT.

As universidades têm prazo até 21 de novembro deste ano para a realização do concurso público. Para a UFBA, foram disponibilizadas somente cinco vagas nesta primeira etapa e apenas uma para UFRB.

SÃO JOÃO

Docentes antecipam o recesso junino no Forró da Apub



Professores, familiares e amigos lotaram a sede da Apub para fazer um animado forró. A noite contou ainda com a presença do Reitor eleito da UFBA, João Carlos Salles. Parlamentares, a exemplo da senadora Lídice da Mata, também prestigiaram o evento.



ENCONTROS E ASSEMBLEIAS

Encontro Nacional do Proifes acontece entre 31 de julho e 4 de agosto


Como acontece anualmente desde que foi fundado, o Encontro Nacional do Proifes Federação, que está na 10ª edição, será realizado nos dias 31 de julho a 4 de agosto, em Goiânia (GO). O evento reúne delegados das entidades filiadas à Federação, além de observadores e convidados de outras entidades da educação.

Durante os quatro dias, os professores vão deliberar sobre sete importantes eixos: expansão da universidade pública federal; condições de trabalho e reestruturação da carreira e salários para o triênio 2016-2018; aposentadoria e Previdência; autonomia universitária; organização sindical da educação na América Latina; consolidação e expansão do novo movimento docente; Projeto Educação para o Brasil, Conae 2014 e FNE.

Os delegados que vão representando a Apub serão eleitos através de votação eletrônica – entre os dias 10 e 14 de julho. Para isso, os candidatos devem se inscrever entre os dias 7 e 8 de julho, através do e-mail: apubsecretaria@apub.orb.br.

A cada 50 votantes, é eleito um delegado, de acordo com o número de votos favoráveis para cada candidato. Os docentes podem enviar tese (uma ou mais) sobre os sete eixos apresentados acima. As teses vão para o Caderno de Textos, que será discutido no evento.

É deste encontro que saem as resoluções que servem de orientação para os sindicatos e associações federados, bem como as proposições para a pauta a ser negociada com o governo.



31 DE JULHO A 4 DE AGOSTO DE 2014 - GOIÂNIA

EIXOS TEMÁTICOS:

- Expansão da universidade pública federal
- Condições de trabalho e reestruturação da carreira e salários para o triênio 2016-2018
- Aposentadoria e Previdência
- Organização sindical da educação na América Latina
- Consolidação e expansão do novo movimento docente
- Projeto Educação para o Brasil, Conae 2014 e FNE
- Autonomia universitária

Apub Sindicato convoca para assembleia geral

No próximo dia 22 de julho, os professores da base da Apub se reúnem em nova assembleia geral, às 15h, no auditório Magno Valente da Escola Politécnica. Na pauta, o debate sobre a pauta local dos docentes, que inclui carga horária, condições de trabalho, reajuste e campanha salarial. Os itens da pauta local têm sido temas presentes em diversas AG e reuniões com professores nas unidades da universidade realizadas pela entidade sindical.

Também na ordem do dia, a avaliação das teses e propostas a serem encaminhadas ao X Encontro Nacional (31/07 a 04/08) e à reunião do Conselho Deliberativo do Proifes (4 e 5/08), com base nas temáticas centrais do evento: expansão, condições de trabalho, carreira e salários, aposentadoria, autonomia, organização sindical, movimento docente e educação.

PLENÁRIA ESTADUAL

PlenaCUT Bahia aprova plano de lutas para 2014/2015

A importância de não retroceder nas conquistas da classe trabalhadora, o papel do sindicalismo na disputa de projetos em ano eleitoral e a reafirmação da unidade CUTista foram as principais pautas das mesas de discussões nos três dias de intensos debates, durante a 10ª Plenária Estadual da CUT-BA, Bartolomeu Santos (Bertinho), que ocorreu entre 5 e 7 de junho.

As propostas levadas pela Apub Sindicato – conforme deliberação na assembleia que elegeu os delegados à etapa estadual, no dia 11 de abril – foram aprovadas pela plenária. Entre estas, a inclusão de novo item após o artigo

89 do Caderno de Textos da 14ª Plenária Nacional da CUT com a seguinte redação: “Deve-se lutar pelo acesso e permanência dos trabalhadores e seus filhos na universidade pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social”.

Para o diretor Joviniano Neto, delegado da Apub no evento junto com os professores Celi Taffarel, Edva Barreto e Cláudio Lira, o ensino técnico, como a CUT previa, é importante para o trabalhador, mas deve-se incluir no horizonte de lutas a perspectiva de chegar à universidade como muitos filhos de trabalhadores estão chegando.

Em decorrência disso, foi aprovada também a inclusão

no plano de lutas do item 193, que prevê a implantação de mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos trabalhadores e seus filhos nas instituições públicas da creche da universidade.

Foi aprovada ainda a proposta da Apub de atualização do item referente ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Pois, quando ocorreu a Plenária Estadual da CUT-BA, a lei já havia sido aprovada no Congresso. A proposta de criação de carreira única para o magistério público – também aprovada pela AG, como indicação para implantação até 2020 – foi levada à plenária (ver artigo na página 6).



A Apub, cujo diretor Joviniano é membro da Comissão Estadual da Verdade, conseguiu que fosse aprovada também a proposta de que a CUT Nacional recomende às seções estaduais que implan-

tem e fomentem mecanismos de apoio às comissões estaduais da Verdade. Inclusive, grande parte destas terá vigência maior do que a Comissão Nacional e vai continuar trabalhando.

EDUCAÇÃO

PNE é sancionado pela presidente Dilma Rousseff

Após quatro anos de espera, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) é uma realidade. Aprovado na Câmara Federal no último dia 3 de junho, o Projeto de Lei foi encaminhado à presidente Dilma Rousseff. A sanção foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho e o Plano terá validade de 10 anos. Ou seja, as metas devem ser implantadas totalmente até 2024.

A Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE, prevê, entre outros aspectos, a universalização da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio; adoção da educação integral para pelo menos um terço do ensino fundamental; triplicação do número de vagas no ensino profissionalizante; duplicação do número de vagas no

ensino superior; metas de valorização do magistério, com a equiparação salarial dos professores ao rendimento médio das demais carreiras.

No total, são 20 metas para a melhoria da educação brasileira nesta década, que devem ser adotadas e cumpridas pelo Poder Público (União, estados e municípios). Entre os pontos mais importantes constantes na referida lei está a destinação gradativa de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação.

Pela previsão, em cinco anos o índice deve chegar a 7% e, ao final da década, atingir o percentual total determinado pela legislação. O prazo para atingir a meta, no entanto, foi considerado longo para

a realidade da educação no país. Além disso, o texto não especifica que os 10% são para a rede pública, ponto principal de reivindicação dos docentes do ensino federal.

A execução e o cumprimento dessas metas serão monitorados e avaliados periodicamente pelo MEC (Ministério da Educação), FNE (Fórum Nacional de Educação), CNE (Conselho Nacional de Educação) e Comissão de Educação da Câmara Federal, e a cada dois anos de vigência do PNE, serão publicados, pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), estudos com os resultados e evolução. Outro ponto que ficou definido é que a meta progressiva do investimento público em educação será avaliada

em 2018, podendo ser ampliada para atender as necessidades financeiras para o seu cumprimento.

Destaques

Durante a discussão da matéria, foram feitos dois destaques importantes: o primeiro sugeria a retirada dos programas de expansão de educação (ProUni, Pronatec, Fies e Ciência Sem Fronteiras) do cálculo dos 10% do PIB, que deveriam ser financiados por outras fontes, deixando o valor total relativo a este índice livre para ser usado apenas como investimento direto na educação pública. Esta alteração na redação, defendida pelas entidades sindicais da Educação, como o Proifes Federação, não foi acatada.

O segundo destaque propunha suprimir a obrigação do governo federal de compensar estados e municípios que não atingirem o CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) e o CAQ (Custo Aluno Qualidade). Este foi um dos pontos mais debatidos na tramitação final do PNE.

As entidades representativas defendiam que a União deveria dar esta complementação, para garantir uma educação pública capaz de dar ao país o suporte para um desenvolvimento autônomo e sustentável. Para satisfação das mesmas, o destaque foi rejeitado pelo plenário. O governo e o Congresso terão até dois anos para regulamentar a medida.

Perspectiva pouco realista da Presidente e os 10% do PIB

Gil Vicente Reis de Figueiredo*

É preciso colocar em uma perspectiva mais realista a recente fala da Presidente Dilma Rousseff, segundo a qual, em 35 anos, teremos um total de 1,305 trilhão adicionais advindos do petróleo, disponíveis para aplicação em educação (980 bilhões) e em saúde (325 bilhões), dos quais mais da metade provenientes do Fundo Social. Todas essas afirmativas são verdadeiras. O que ela se esqueceu de informar é que isso está (muito) longe de contemplar os recursos que o PNE prevê, fugindo assim de apontar o que deve ser feito para sanar essa situação.

Vale lembrar que essa 'mais da metade de recursos que virão do FS' não viria, não fosse a pressão dos movimentos sociais organizados, começando pelo PROIFES, que foi o primeiro que insistiu em que a totalidade do principal do FS fosse destinada à educação. A proposta do Governo - defendida inclusive pelo então Ministro da Educação, Mercadante - era de que fossem destinados às áreas sociais apenas os irrisórios rendimentos do FS; afinal, conseguimos chegar a 50% do principal do FS, depois de muita batalha e, reconheça-se, por conta

do decidido apoio conseguido na Câmara Federal.

De qualquer forma, a Presidente deixou implícito que é daí - do petróleo - que virão os recursos necessários ao cumprimento das metas do PNE. A estimativa de 980 bilhões para a educação, em 35 anos, dá 28 bilhões ao ano, em média. Como nos primeiros anos os valores anuais serão bem menores, em 10 anos é possível que venhamos a alcançar algo em torno de 35 bilhões/ano, patamar médio esse que se manterá pelos 25 anos seguintes. Isso dá 0,8% do PIB ao ano, em 10 anos. Essa estimativa está correta e, aliás, é exatamente o que está no artigo que escrevi recentemente - mas esse montante é totalmente insuficiente para dar conta do previsto pelo PNE, como mostrarei adiante.

Também é bom ressaltar que esse montante dá apenas 0,8% do PIB por conta da forma pela qual foram pactuados os contratos passados (incluindo Libra, assinado no Governo Dilma, dentre outros). Se uma parte mais substancial dos lucros do petróleo ficasse para a União, e não para as empresas que irão explorar as nossas riquezas, então poderiam ser destinados à educação cerca de 2% do PIB/ano, ou até um pouco mais.

Voltando à questão principal, ocorre que o PNE aponta para o investimento de 10% do PIB/ano em educação, em 10 anos. Hoje, o investimento direto (em educação pública) é de 5,3% do PIB/ano, mas o que foi aprovado (infelizmente e apesar de todos os esforços em contrário) diz respeito ao investimento total (que inclui o FIES, o PROUNI, o PRONATEC, etc., etc.) em educação, que é de 6,4% do PIB/ano. Isso significa que, de acordo com o PNE aprovado, terão que ser destinados, em 10 anos, 3,6% do PIB/ano a mais para a educação. Diga-se 'em passant' que, em função das brechas que o setor privado logrou incluir na formulação final do PNE, ainda teremos que fazer muita pressão para que parte importante desses recursos não vá para a iniciativa privada em educação.

Do petróleo virão 0,8% do PIB/ano, ou menos que a quarta parte do valor necessário. Em outras palavras, tem que ficar claro que é necessário encontrar e indicar as fontes de onde virão os demais 2,8% do PIB/ano, que terão que estar disponíveis até 2023. Isso tem que ser cobrado dos candidatos a Presidente, para que tenhamos clareza de quais são os respectivos propostas para viabilizar a correspondente eleva-

ção de destinação orçamentária, que precisa acontecer já ao longo dos próximos 4 anos. Nesse sentido, é muito ruim a fala da Presidente, que insinua que o problema já está resolvido, eximindo-se, a partir dessa postura, de discutir o que então precisaria ser feito para resolvê-lo.

Para que consigamos os recursos faltantes, será necessário enfrentar os interesses dos detentores do capital, porque a carga tributária sobre as classes médias já chegou ao limite.

Não se trata de ficar repetindo as bobagens que segmentos da esquerda sectária e inconsequente costuma recitar - não pagamento da dívida externa e similares. Mas se trata de discutir medidas concretas e factíveis, algumas das quais já vigoraram e outras que o Governo Federal teria que ter a coragem de propor, defender e implantar - sem escamotear o debate subjacente.

A volta do CPMF, por exemplo, daria 1,4% do PIB/ano; o aumento das vinculações constitucionais, outros 1,2% do PIB/ano; e a taxação de grandes fortunas (basta regulamentar o que já foi aprovado na CF de 1988), a taxação da movimentação nas Bolsas de Valores (que pouco afetaria os bilionários lucros especulativos que aí são gerados)

e a elevação dos royalties minerais (que são ridículos, frente aos praticados em outros países) dariam mais 0,7% do PIB/ano (estimativa).

Somando os números acima, chega-se a 3,3% do PIB/ano adicionais, para além do petróleo. Isso daria não só para alcançar todas as metas do PNE como, também, para destinar à saúde o adicional que é requerido pelos respectivos movimentos sociais. É por isso que é preciso que esses mesmos movimentos sociais se apropriem tecnicamente dos dados, do contrário ficarão à mercê de discursos que não apontam com clareza as reais dimensões dos desafios que estão pela frente e muito menos as soluções que precisariam ser encontradas.

Não é boa política aplaudir, sem o necessário conhecimento de causa e sem a essencial dimensão das críticas construtivas que é fundamental fazer, afirmativas que estão longe de contemplar efetivamente as reais demandas das áreas sociais e que, ao contrário, acabam por mascarar os reais enfrentamentos que precisam acontecer.

*Professor da Universidade de S. Carlos - SP

MEC/SESU

Professores discutem com o MEC as consequências da expansão

Reunidos em Brasília, graças à proposta enfaticamente defendida pela Apub Sindicato no Conselho Deliberativo do Proifes Federação, docentes e representantes da Sesu (Secretaria de Educação Superior) e da Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), ambas do Ministério da Educação (MEC), avaliaram as consequências da rápida expansão das IFES no país.

Durante a reunião, realizada no último dia 18 de junho, foi acordada a abertura de uma agenda de encontros mensais, entre o MEC e os docentes, para analisar os reflexos da expansão das IFES, com cinco encontros de agosto a dezembro deste ano.

Na avaliação de Eduardo Rolim, presidente do Proifes, a expansão foi positiva. Mas, da forma como aconteceu, rápida demais, trouxe problemas de condições de trabalho para os professores. Por isso, cobrou ao governo um espaço para ouvir a categoria e ressaltou que o programa de expansão não pode ser uma política de governo, mas sim de Estado, com continuidade.

Na ocasião, os docentes fizeram relatos das experiências nas universidades, destacando os problemas enfrentados diariamente, em decorrência da expansão, pois acreditam que é preciso conhecer a realidade por trás dos números. A Bahia, que teve ampla participação e enviou a maior delegação, composta por oito professores, fez importantes intervenções.

Entre os destaques nos problemas identificados, os números insuficientes de servidores técnicos-administrativos e professores, acúmulo de funções, condições de trabalho precárias e falta de infraestrutura para atender à demanda.

O professor Penildon Filho (ICS/UFBA) ponderou que as metas estabelecidas precisam ser reavaliadas. Para ele, é preciso fazer um levantamento para saber se foram cumpridas, se são eficientes, se foram aplicadas corretamente em cada área de conhecimento. Para os professores, tão importante quanto resolver a questão da ampliação do corpo docente, é investir na melhoria da infraestrutura dos campi das universi-

dades de todo o país. Pois, não adianta ter profissional se não tem sala de aula e equipamento.

Os professores provocaram, ainda, a reflexão a respeito da formação dos discentes após a expansão. Para eles, como a categoria agora tem que correr atrás do preenchimento de formulários, cumprimento de metas e exigências do sistema, é cobrada por produtividade, muitas vezes o ensino fica prejudicado. “Temos que saber o que queremos e mudar isso. Vamos somente distribuir diplomas em larga escala? Mesmo com todo o nosso esforço e qualificação, o que é oferecido é uma formação precária”, diz professor Neander Abreu (PSI/UFBA). Segundo ele, a falta de planejamento e pressa com que foi feito o processo permitiu o surgimento destas lacunas.

Para o professor Isaías (Ufscar), a situação é ainda mais dramática. “Não temos livros, materiais e equipamentos mínimos para trabalhar o conteúdo básico que está no projeto pedagógico das disciplinas nem espaço para desenvolver as atividades”.



Sílvia Leite (FACED/UFBA), representante docente no Consuni da UFBA, lembrou que a Bahia já tem outras indicações de novos campi da UFBA – Camaçari, Chapada Diamantina e a do Nordeste da Bahia – e pediu que o MEC esteja atento às condições, pois estas unidades podem ser criadas já com esses problemas, podendo contribuir para o caos, caso a situação não seja revertida. “Isto vai impactar diretamente na nossa vida acadêmica”.

Outra questão bastante apontada pelos professores foi o incentivo à carreira docente a partir da valorização

salarial, principalmente para os recém ingressos. De acordo com o presidente do Proifes, nos últimos 10 anos, os novatos representam 55% do Magistério Superior e 80% do EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico).

Intervindo, Penildon sublinhou que este segmento precisa de atenção, especialmente os professores que estão como Adjunto 1 e 2. “A maior insatisfação está justamente nestes níveis, onde se vê a maior mobilização, o que é legítimo”. Segundo os professores, esta política não pode ser esquecida quando se discute expansão.

ELEIÇÃO

UFBA indica João Salles e Paulo Miguez como futuros Reitor e Vice

A comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia – docentes, discentes e técnicos – apontou os professores João Carlos Salles e Paulo Miguez (chapa 1 - Uma Construção Coletiva) como preferência para os cargos de Reitor e Vice-Reitor no quadriênio 2014-2018, respectivamente. Foram às urnas 1.673 professores, 10.259 estudantes e 1.833 técnicos administrativos.

No total, foram 13.765 votos válidos. Destes, a chapa vence-



dora obteve a preferência de 7.593 pessoas, o equivalente a aproximadamente 55,16%, um escore de 3.983,89. Índice superior à soma dos outros três candidatos, que juntos ficaram com

6.172 (44,84%).

O resultado foi encaminhado à Reitora da UFBA e presidente do Consuni, em 29 de maio. Em tempo de ser considerado pelo Colégio Eleitoral, responsável pela composição da lista tríplice a ser encaminhada para o MEC (Ministério da Educação), para efetivação da nomeação. Confira o resultado no site da Apub.

Lista tríplice

Reunido no último dia 3 de

junho, o Colégio Eleitoral – composto pelos membros do Consuni e do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa –, homologando a decisão da comunidade, indicou o professor João Carlos Salles (FFCH) para encabeçar a Lista Tríplice. Completam a lista Celso Castro (Direito) e Lorene Pinto (Medicina). Para a Vice-Reitoria, Paulo Miguez (IHAC) ficou em primeiro lugar, seguido por Francisco Teixeira (ADM) e Antônio Marcos Chaves (Psicologia).

Moção de louvor

O Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX) da UFBA aprovou a proposta do Conselheiro Eduardo Fausto Barreto, de Moção de Louvor às três entidades responsáveis pela organização da consulta – Apub, Assufba e DCE – pela exemplar diligência e competência, contribuindo para a consolidação da democracia na instituição.

OPINIÃO

Carreira única para o magistério da rede pública

A única diferença de salário aceitável entre um professor da educação infantil e o de um professor da universidade federal deveria ser a titulação



**José Albertino
Carvalho Lordelo**

Quem se dispuser a investir um pouco de seu tempo para descobrir os salários iniciais ofertados pelos governos estaduais e municipais constatará o que o senso comum já sabe: os governos pagam salários miseráveis aos professores da educação básica. Vejam a tabela abaixo. Ela poderia ser bem mais longa, mas não justificaria porque as variações são pequenas, exceto pelo fato de o plano de carreira do magistério federal fixar um piso em R\$ 1.966,00, o que ainda é um salário de miséria. Como atrair um bom aluno da escola média com salários tão baixos que não lhe possibilitarão viver com o mínimo de dignidade, como professor da escola básica? Quem vai querer prestar um vestibular e estudar quatro anos de uma licenciatura e ir morar em Caldeirão Grande, no interior da Bahia, para ganhar R\$ 880,00 por mês, ou em Iguaraçu, no Paraná, ou qualquer outra cidade do estado de Alagoas? Qual de nós, professor de uma instituição federal de ensino superior, encorajaria seu filho a ser professor da escola básica no Brasil?

A Lei do Piso Nacional do Professor da Escola Básica fixa a remuneração mínima para aqueles que têm apenas a formação de nível médio e para 40 horas semanais. Em 2014, este valor é de R\$1.697,00. Contudo, os concursos promovidos pela administração pública, por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, exigem formação superior. É muito raro um destes editais ofertar vagas para professores com jornadas de 40 horas. A jornada é, na sua maioria, de 20 horas semanais. Ou seja, regra geral, selecionam-se professores de nível superior para jornadas de meio turno ou de tempo parcial. No outro turno, em que o professor deveria dedicar-se ao planejamento das atividades do dia seguinte – correção de trabalhos, leituras, acompanhamento dos alunos –, ele terá que encontrar em lugares pobres, um meio de complementar sua renda.

Como a tabela demonstra, o vencimento básico de ingresso na educação básica na rede pública é maior no governo federal. Ainda que seu valor seja muito baixo (R\$ 1.966,00), alguns imaginam que seria melhor federalizar todo o ensino básico. Não me parece uma solução para o problema. Creio que o melhor caminho é a instituição de uma carreira única para o magistério da rede pública, com vencimentos mais elevados, jornadas de quarenta horas, dedicação exclusiva a uma ou duas escolas, no máximo, e sem qualquer discriminação por nível de ensino. A única diferença de salário aceitável entre um professor da educação infantil e o de uma uni-

versidade federal deveria ser a sua titulação. Um professor da educação infantil não pode ter contrato de 20 horas. Enquanto fazemos abaixo-assinados para garantir não mais que oito horas semanais de aulas na graduação, nossos colegas da educação infantil, com formação superior em pedagogia, precisarão dobrar a jornada de 20 horas em salas de aulas, para conseguir um salário que, em alguns casos, só alcançará o piso fixado no plano de carreira docente do governo federal. Imagine um professor de Língua Portuguesa com centenas de redações para corrigir semanalmente ou um de física, matemática ou filosofia, com suas atividades a programar, trabalhos e provas a corrigir, tendo que ocupar um turno do dia com outra atividade não-escolar ou em outra escola, em sala de aula.

Alguns poucos governantes de entes federados mais ricos até poderiam pagar um salário melhor ao professor, mas estes estão impedidos para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se esta lei não mudar, melhor seria definir as despesas com educação como investimento. Mas, a grande maioria dos gestores estaduais e municipais alega que o pagamento dos professores já consome a maior parcela dos recursos do Fundeb, e qualquer elevação romperia o limite de 60% destinado à remuneração dos profissionais que atuam na educação e sacrificaria outras atividades de manutenção do ensino básico. Há ainda outro problema para os gestores: atrair e manter profissionais nos municípios mais pobres

e distantes das metrópoles. Mesmo no ensino superior este tem sido um desafio para os governos. Instituir recompensas materiais por via de taxas de interiorização para estes locais será parte da solução.

A saída, portanto, é aumentar significativamente o orçamento da educação. Algo na linha dos 10% do PIB, como vem sendo discutido no novo PNE, no Congresso Nacional. Mas, este percentual será alcançado progressivamente na década 2014-2024. Minha proposta é um novo e único plano de carreira para todos os professores, da creche ao ensino superior, pactuado já, com aumentos progressivos vinculados aos ganhos da receita dos royalties do petróleo e outras fontes.

E qual deveria ser o piso nacional para o professor que ingressa na carreira do magistério, com formação superior? Aqui é preciso levar em conta que os recursos adicionais que a educação receberá por conta da elevação da participação no PIB será gradual. Considero que o maior problema hoje é o salário de ingresso que afasta os jovens da carreira devido as baixas

remunerações. Deste modo, é preciso resolver isto como uma questão de urgência. Como defendo carreira única para o magistério, podemos começar pelo piso nacional da carreira docente das instituições federais, para professores com graduação, 40 horas semanais: R\$ 3.804,00, em valores de março de 2014. A este valor, deve ser adicionada a recompensa pela interiorização, de modo a atrair os jovens, como um auxílio moradia, por exemplo. É preciso ainda fazer uma ressalva: as 40 horas semanais não podem ser integralizadas em salas de aula. Este tempo deve ser dividido em partes iguais entre a sala e o planejamento, acompanhamento de alunos, remediação pedagógica, rotinas decorrentes de processos avaliativos processuais, estudos e formação pós-graduada.

Eis uma bandeira para unificar a luta pela valorização do magistério. Pertencemos a uma única categoria profissional, somos todos professores da rede pública, independente do nível de ensino ou de esfera de governo.

Governo	Editais	20h	30h	40h
Alagoas	2013	R\$1.224,00		
Sergipe	2012			R\$1.661,00
Bahia*	2013	R\$1.152,00		
Santa Mercedes, São Paulo	2014		R\$1.821,00	
Rodéias, Bahia	2014	R\$1.088,00		
Crateus, Ceará	2014			R\$1.820,00
Iguaraçu, Paraná	2014	R\$985,00		
São Bernardo do Campo, SP	2014		R\$2.402,00	
Itatiba, São Paulo	2014		R\$2.047,00	
Poço Fundo, MG	2014		R\$997,00	
Caldeirão Grande, Bahia	2014	R\$880,00		
Igaci, Alagoas	2014	R\$ 1.177,00		
Rede Federal – EBTT**		R\$1.966,00		
Piso Nacional do Professor da EB de Nível Médio	2014			R\$1.697,00

CAMPANHA SALARIAL

Proposta de reestruturação de carreira e de recomposição salarial do Proifes

A proposta leva em conta algumas questões ainda pendentes, em relação à proposta original feita pelo Proifes, em 2012, em especial a que diz respeito ao estabelecimento de uma estrutura lógica para a malha de vencimentos das carreiras, em seus diversos regimes de trabalho, classes, níveis e titulações. Corrigir essa falha permitirá, futuramente, reduzir o cálculo da malha salarial à fixação de alguns parâmetros simples e básicos, tais como o piso (salário do professor auxiliar 1, graduado, em regime de trabalho de 20h semanais), a relação percentual entre a Retribuição de Titulação (RT) e o Vencimento Básico (VB), e a relação percentual entre as remunerações das diversas classes e níveis.

Após análise nas reuniões do Conselho Deliberativo do Proifes, em 2013 e 2014, a nova formatação da proposta ficou, portanto, assim:

- 1) Implantação, em janeiro de 2016, de nova malha salarial, com piso salarial (professor auxiliar 1, 20h, graduado) de R\$ 2.200,00, ou seja, 8,98% acima do valor que vigorará em março de 2015, que será de R\$ 2.018,77. Usando-se como parâmetro uma previsão inflacionária de 6% ao ano, ritmo verificado nos últimos 12 meses, previsão essa que será revista, se for o caso, pode-se estimar a inflação, entre março de 2015 e janeiro de 2016, em 4,98%. Dessa maneira, nenhum docente terá recomposição real inferior a 4%. Deve ser assinalado que reivindicar essa recomposição real de 4% é fundamental, porque, no
- 2) A relação RT/VB proposta é de 10% para aperfeiçoados, 20% para especialistas, 50% para mestres e 120% para doutores.
- 3) O percentual entre as remunerações de docentes em níveis subsequentes de uma mesma classe será de 2%.
- 4) O percentual entre as remunerações de classes subsequentes (isto é, assistente1/auxiliar2; adjunto1/assistente2; e titular/associado4) será de 10%, exceto de adjunto para associado (isto é, associado1/adjunto4), caso em que será de 30%.
- 5) A relação entre o VB do docente em regime de 40h e

acordo firmado em agosto de 2012, o Proifes estimou uma inflação futura de 5% ao ano, prevendo uma perda inflacionária para o período agosto de 2012 a fevereiro de 2015 (31 meses) de 13,43%. Passados 16 meses daquele acordo, contudo, verificou-se uma aceleração da inflação, que atingiu 8,15% nesse período (DIE-ESE), correspondendo à taxa de cerca de 6% ao ano e projetando 16,40% no período negociado (agosto de 2012 a fevereiro de 2015), o que significaria cerca de 3% de perdas reais. Dessa forma, os 4% reivindicados reporiam, com alguma margem adicional, a defasagem verificada no período agosto de 2012 a fevereiro de 2015, mantendo a tradição do Proifes de lutar pela elevação do poder aquisitivo de todos os docentes das IFES (MS e EBTT).



- o do docente em regime de 20h será de 40%; e a relação entre o VB do docente em DE e o do docente em regime de 20h será de 100%.
- 6) Valorização do DE: em janeiro de 2017, o piso salarial deve ser reajustado de acordo com a inflação verificada em 2016, acrescida de 2%, a título de aumento real para todos, e, adicionalmente, a relação entre o VB do docente em DE e o do docente em regime de 20h deve ser ampliada para 110%.
- 7) Nova valorização do DE: em janeiro de 2018, o piso salarial deve ser reajustado de acordo com a inflação verificada em 2017 acrescida de 2%, a título de aumento real para todos, e, adicionalmente, a relação entre o VB do docente em DE e o do docen-

te em regime de 20h deve ser ampliada para 120%.

É importante observar que, com essa proposta, um professor doutor (a imensa maioria dos ingressantes) terá uma elevação salarial de 34% nos 10 primeiros anos da carreira, quando passará (se progredir sempre que possível) da classe e nível de entrada até adjunto 4, e de 38% nos 8 anos seguintes da carreira, quando (se progredir sempre que possível) irá de adjunto 4 para associado 4.

Essa é uma evolução muito mais homogênea daquela que existe hoje, na atual carreira, em que esses percentuais são, respectivamente, 27% e 39%.

Os salários passarão, portanto, a subir mais rapidamente do que hoje, nos anos iniciais da carreira, e um pouco mais lentamente depois, quando da passagem para associado, dando maior

equilíbrio à elevação salarial ao longo da carreira.

Ainda sobre as pendências do acordo 2012, se incluem o re-enquadramento de professores aposentados, a criação de programa de capacitação para os professores do MS e EBTT, estímulos à retenção de professores em locais de difícil lotação e critérios para concessão de auxílio transporte. Outras importantes demandas da categoria têm sido reivindicadas junto ao governo, através de audiências e ofícios protocolados no MEC, como: implementação da promoção acelerada dos docentes "ocupantes de cargo da carreira em primeiro de março de 2013", independente da conclusão do seu Estágio Probatório; autonomia universitária e concessões dos adicionais de insalubridade e periculosidade no âmbito do serviço público federal.

APOSENTADOS

Artigo 192 e outras lutas

Em junho, com pagamento do valor corrigido da vantagem prevista pelo Artigo 192 da Lei 8.112/1990 e a restituição devidamente retida dos meses anteriores, conclui-se uma luta que envolvia a diretoria da Apub e muitos professores prejudicados. O Artigo 192 previa que todos que poderiam se aposentar com vencimentos integrais tinham direito a remuneração da classe superior. A diferença de valor de cada classe consta no contracheque como diferença de provimento do Artigo 192.

Em 1998, no governo de FHC, esta vantagem foi extinta, permanecendo apenas para os que se aposentaram antes desta data. Com o represamento, a maioria dos professores se apo-

sentava como Adjunto IV. Durante muito tempo, a diferença fazia a sua remuneração equivaler à de Titular. Com a criação da Classe Associado, em 2006, o governo interpretou que a diferença passava a se referir a esta nova Classe.

Com a Lei 12.772/12 o percentual de reajuste previsto para 2013 foi maior para a Classe Associado em comparação a Classe Adjunto, consequentemente elevando o valor da diferença paga pelo Artigo 192. Em 2014, houve o inverso, com aumento do vencimento básico em percentual maior para a Classe Adjunto a diferença diminuiu um pouco.

Em março de 2014, no pagamento da segunda parcela do reajuste previsto no acordo, o go-



verno e a universidade erraram no cálculo do Artigo 192 e seus valores foram absurdamente diminuídos, desrespeitando as tabelas da própria Lei. A Apub através da diretoria e da Comissão de Aposentados (foto) mobilizou-se e conseguiu regularizar a situação. A luta de dois meses para corrigir um erro evidente é mais um exemplo da necessidade da permanente atenção

do Sindicato, alimentado pelas demandas e denúncias dos professores.

A luta pelo e dos aposentados é mais ampla. Inclui a mobilização pelo reenquadramento na nova carreira, o fim da contribuição “previdenciária” dos aposentados (PEC 555) e pelo reconhecimento e ampliação da sua colaboração à universidade.

Aposentadoria Especial

PLP que prejudica os professores, sobre contagem especial de tempo de serviço, estava pautado na Câmara Federal, mas não houve sessão por falta de quorum.

De acordo com informações repassadas ao PROIFES-Federação, que está acompanhando os Projetos de Lei Complementar sobre a aposentadoria especial, existia a possibilidade de o tema ser levado à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados no último dia 02/07.

O tema já fora incluído na pauta das semanas anteriores e fora retirado a pedido do Governo.

O tema agora retorna à pauta, porém, com importante novidade: o parecer substitutivo de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT/BA – Presidente da CSSF) apresenta redação diversa do parecer por ele mesmo apresentado em 2012, que atendia em grande parte os pleitos dos servidores. Este novo parecer disponível aqui, e traz mudanças

muito ruins para os servidores que têm direito à aposentadoria especial, conforme o inciso III do § 4º do Art. 40 da Constituição Federal, os que realizam seu trabalho na Universidade ou no Instituto Federal em condições prejudiciais à saúde.

Em leitura da justificativa do parecer e do texto do parecer já se verifica uma evidente contradição: embora o deputado refira categoricamente a necessidade de “disciplinar a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais para tempo comum” esta passagem foi suprimida, existia na antiga versão de seu parecer e agora não está mais. Ou seja, o novo parecer não prevê a conversão de tempo, embora sua justificativa diga o contrário.

Portanto, alertamos ao fato de que o parecer substitutivo de relatoria do Deputado Amauri Teixeira não é o mesmo por ele apresentado em 2012, o qual, em linhas gerais atendia os anseios do funcionalismo. A nova versão

do parecer é restritiva e diverge em muito da legislação aplicável aos trabalhadores submetidos ao regime geral de previdência, onde é prevista tanto a aposentadoria especial como também a conversão de períodos para fins de aposentadoria comum. Em outras palavras, os professores que ingressaram antes de 2004 no serviço público (2ª geração de aposentados se invocarem a aposentadoria especial, não terão a garantia que a Emenda Constitucional 41/03 lhes deu, de se aposentarem com integralidade e paridade, se cumpridos os requisitos da aposentadoria voluntária, o que na prática impede que estes invoquem este direito de aposentadoria especial e anula as conquistas do Mandado de Injunção 188.

Recordamos que este parecer substitutivo será apresentado no Projeto de Lei Complementar (PLP) 472/2009, cuja proposição original é do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Em sua proposta original,

este PLP previa a conversão de tempo de serviço, como também, evidentemente, a aposentadoria especial. Este substitutivo que será submetido à votação da CSSF pode ser um retrocesso e afrontaria o artigo 40, § 12 da Constituição: Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Por fim, embora existam outras etapas do processo legislativo até chegar à votação do plenário, cabe recordar que a CSSF, dada sua especialidade, constituiu-se na melhor alternativa para o embate de ideias e concepções acerca da regulamentação de tão importante direito.

O PROIFES-Federação encaminha em anexo uma proposta de texto substitutivo a ser apresentada como alternativa aos deputados integrantes da comissão. Este texto foi elaborado pelo GT Tempo Especial do CNASP (Co-

Apub se filia ao Instituto Mosap

Resultado de deliberação de assembleia geral, realizada no dia 11 de abril, na sede da entidade, a Apub Sindicato se filiou ao Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas). O Instituto Mosap é um movimento de atuação solidária, sem caráter político-partidário, que aglutina diversas agremiações de servidores ativos, aposentados e pensionistas. Foi fundado em março de 1992, em São Paulo, para defender os direitos dos aposentados e pensionistas. Atualmente, cerca de 700 entidades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, considerando as federações e confederações, estão filiadas ao Mosap.

letivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos) a partir do primeiro parecer substitutivo de autoria do deputado Amauri Teixeira em 2012, quando ainda contemplava os anseios do funcionalismo.

O PROIFES-Federação alerta os professores federais e demais servidores públicos federais sobre esta grave ameaça aos direitos dos servidores e conclama os sindicatos federados e demais entidades dos servidores públicos a se fazerem presentes à reunião da Comissão no dia da discussão do tema, bem como conclama os professores a se manifestarem juntos aos deputados da Comissão, em especial ao relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA) protestando contra estas mudanças no seu parecer, e exigindo a adoção do texto alternativo, única forma de garantir os direitos constitucionais dos professores e demais servidores federais à aposentadoria especial. A Apub já mobilizou a Comissão de Aposentados para participar da sessão.